



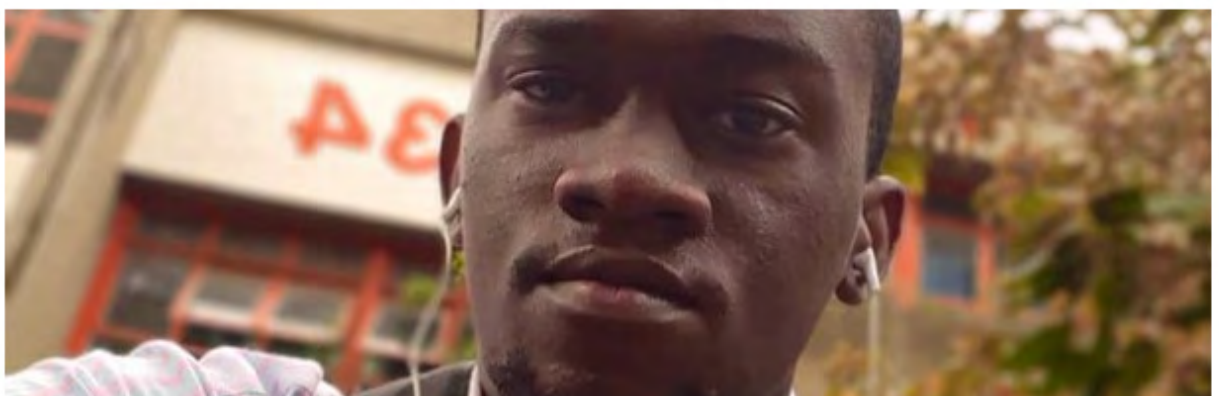
Você está aqui: [Home](#) / [Notícias](#) / [Educação](#) / [Universidade pública, inclusiva e diversa, UEM recebe todos e](#)

INCLUSÃO

Universidade pública, inclusiva e diversa, UEM recebe todos e todas

Nesta reportagem, você conhece histórias de algumas delas, que viram na UEM um local de expressão de voz

Postado em 12/10/2021 às 06:51





Peter Mundadi, congolês, afirma que gosta da UEM e de viver em Maringá; na foto, em março de 2019, seu primeiro mês na universidade. (Foto: Assessoria Comunicação UEM)



Espaço de diversidade e inclusão! A Universidade Estadual de Maringá (UEM) é aberta às mais diferentes pessoas, visando que acessem a universidade, permaneçam, tenham sucesso em seus cursos e tornem-se referência para futuros colegas. Nesta reportagem, você conhece histórias de algumas delas, que viram na UEM um local de expressão de voz.

É fato que, por muito tempo, as instituições de ensino superior foram elitizadas, majoritariamente para a população branca favorecida economicamente. Com o passar das décadas, e a partir da luta dos movimentos sociais, cada vez mais se vê a pluralidade nos bancos acadêmicos públicos, com mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, estudantes de baixa renda, internacionais e LGBTQIA+, como Lua Lamberti de Abreu, 27, uma pioneira. Professora da graduação em Artes Cênicas – Licenciatura em Teatro – e doutoranda em Educação também pela UEM, é travesti, uma das poucas na docência do ensino superior no Brasil.

Quando perguntada sobre qual é a importância de uma universidade pública ter como professora e pesquisadora uma travesti, ela é categórica. “É importante pela própria necessidade da pergunta. A gente nunca pergunta ‘por que é importante ter um professor cisgênero?’. Os espaços não são neutros, têm raça, gênero, tamanho. Ocupar um espaço que não cabe pessoas como eu serve também de denúncia, de que não somos nós que não cabemos, os espaços que são pensados para nos excluir”, declara a professora, que é a primeira mestra travesti pela UEM (foto acima).

Como precursora, Abreu espera que o exemplo dela “sirva de disparador para que mais e mais pessoas trans e travestis ocupem espaços sociais sem que isso gere choque, espanto”. “Somos tão capacitadas, competentes, éticas e produtivas quanto os cisgêneros. só fomos historicamente impedidas de acessar esses

quanto os indígenas, os temas historicamente impoídos de acessar esses campos”.

Os indígenas também foram, por muito tempo, associados ao analfabetismo da Língua Portuguesa, como se não pudessem estudar nem sequer estar presentes em áreas urbanas. Em contrapartida, no Paraná a entrada de indígenas é fomentada, pois há um vestibular somente para este público.

Elivelton Correia da Silva, 28, é calouro da graduação em Ciências Biológicas na Educação a Distância (EAD) da UEM. Indígena da etnia Kaingang, mora na aldeia de Mangueirinha, no sudoeste paranaense. “As universidades abrindo as portas cada vez mais para indígenas, é a melhor coisa que poderia acontecer, pois teremos mais indígenas com formações variadas e muito bem capacitados para atuar em todas as áreas, dentro e fora das aldeias. Mas não basta apenas inseri-los nas universidades, é necessário prepará-los desde as séries iniciais para que entrem na universidade e consigam concluir o curso no menor tempo estimado!”, declara Silva, que foi aprovado em primeiro lugar da UEM no 20º Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.

Peter Mundadi, 24, é um estudante internacional negro, nascido na República Democrática do Congo. Cursa Ciência da Computação na UEM desde 2019 e é estagiário do Escritório de Cooperação Internacional (ECI). “Represento os estudantes internacionais. Ajudo a trazer as demandas dos estudantes internacionais até o ECI, participo nas discussões sobre as políticas de internacionalização e até fui responsável pela concepção do [Guia do Estudante Internacional](#)”. Ele veio ao Brasil por intermédio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) do Ministério da Educação.

Marina Silveira Bonacazata Santos, 25, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM) da UEM, onde se graduou em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas. Ela tem paralisia cerebral e usa andador, tendo sido necessário receber acompanhamento do Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (Propae) da UEM de 2015 a 2019. “Acho muito importante o acesso das pessoas com deficiência (PCD) na universidade, pois, independentemente das deficiências, temos o direito de termos uma vida comum e acesso, inclusive à universidade. A presença das PCD na universidade representa a diversidade e a inclusão que devemos ter em todos os espaços públicos”, declara a futura mestra, que gostaria que a presença dessa população no ensino superior fosse maior.

Cotas no vestibular

O Vestibular e o Processo de Avaliação Seriada (PAS) 2021 da UEM seguem com

inscrições abertas até o próximo dia 20. [Para saber mais, leia esta reportagem.](#) Sobre o vestibular, das 2.367 vagas oferecidas, 1.335 são para cotistas sociais e negros.

Cotas na pós-graduação

Com a intenção que os formados continuem na UEM, para tornarem-se pesquisadores e até futuros professores da casa, alguns Programas de Pós-Graduação contam com sistemas de cotas como política de permanência.

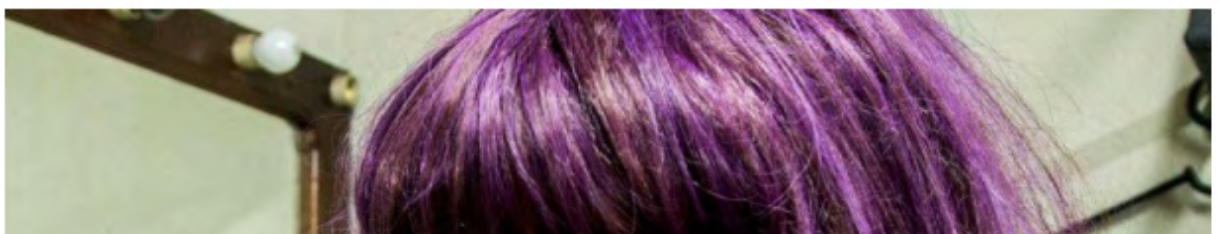
Os exemplos são: Ciências Sociais, com vagas exclusivas para negros, indígenas e PCD; História, negros, indígenas, trans e PCD; Mestrado Profissional em Ensino de História, negros e indígenas; Administração, negros e indígenas; Educação, PCD, indígenas e negros.

Acolhimento na UEM

Desde o primeiro semestre de 2021, a UEM tem a Política de Direitos Humanos, Promoção e Proteção de Grupos Vulneráveis e Garantia das Liberdades Individuais. Para saber mais sobre ela, [clique aqui](#). Ailton José Morelli, do Departamento de História (DHI) e um dos responsáveis pela proposta que criou a política, divulga que, além de obter ajuda na universidade, qualquer pessoa pode fazer ligação gratuita quando precisar de socorro: disque 100 para denunciar violação de direitos humanos ou ligue 180 para denunciar e buscar ajuda a mulheres vítimas de violência – neste caso, também é possível falar com o [Núcleo Maria da Penha](#) (Numape) da UEM.

PCD – O estudante com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais pode e deve, no ato da matrícula ou no decorrer do curso na UEM, solicitar apoio do Propae, programa vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PEN). O Propae trabalha em acordo com os colegiados das graduações. Para mais informações, é disponibilizado o e-mail sec-propae@uem.br.

Os principais serviços prestados pela equipe do Propae são: adaptação curricular e de recursos, como: impressões em Braille ou em fonte ampliada, textos digitalizados em formato acessível a cegos ou deficientes visuais; tempo estendido e espaço físico para realização de avaliações; mediação pedagógica específica: tradutor/intérprete de Libras e monitoria especial.





(Pluralidade é para com negros, mulheres, indígenas, alunos de baixa renda, internacionais, PCD e LGBTQIA+)

Negros e LGBTQIA+ – Embora não tenham objetivo inicial de acolhimento, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab) e o Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual (Nudisex) da UEM também acabam realizando esse papel. “Construímos um espaço de acolhimento para que alunos negros e negras tenham espaço de fortalecimento de suas identidades e possam encontrar apoio e dialogar com pessoas de representatividade”, expõe Delton Aparecido Felipe, vice-coordenador do Neiab. No que tange a realização de Pesquisa e Extensão, são bem-vindas todas as pessoas. Para contato, os respectivos e-mails são: neiab@uem.br e ermaio@uem.br (coordenadora do Nudisex, professora Eliane Rose Maio).

O Nudisex realiza estudos sobre questões relacionadas à sexualidade, a partir do ponto de vista de diversas áreas de conhecimento, considerando especificamente os aspectos da diversidade sexual, dos direitos da sexualidade e a discussão desses temas dentro das escolas. O Neiab, por sua vez, desenvolve atividades de pesquisa e extensão universitária, discutindo o preconceito e a discriminação racial contra a população negra, e está em defesa de ações afirmativas, que promovam a equidade.

Estudantes internacionais – São recepcionados pelo [ECI](#), setor que dá total suporte para que estejam bem, adaptados ao Brasil e integrados à UEM. É com o ECI também que são criadas oportunidades para compartilhamento de experiências históricas, sociais, culturais e científicas a esse público. Tradicionalmente, a UEM abre vagas remanescentes em graduações presenciais exclusivas para a população refugiada e para os imigrantes em situação de vulnerabilidade.





(Legenda 2: Elivelton Correia da Silva, indígena Kaingang e aluno da UEM, posa com esposa, Taiane Caroline Costa)

Indígenas – Os universitários indígenas da UEM, de todas as universidades estaduais paranaenses e da Universidade Federal do Paraná (UFPR) recebem apoio da Comissão Universidade para os Índios (Cuia) desde antes do processo seletivo, realizado anualmente, até a formatura.

A Cuia cuida do processo de ingresso e inclusão deles, bem como faz o acompanhamento didático-pedagógico. Compete à comissão, também: elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades; sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena; buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais.

Acolhimento psicossocial – Dados de março de 2021 da Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT) da UEM mostram que de 148 estudantes, 52% tinham boa ou excelente satisfação na convivência universitária. Ao mesmo tempo, relatam já ter sofrido preconceito: 17% de gênero; 17%, étnico; 25%, devido à orientação sexual; e 24%, religioso. As informações se referem às inscrições dos estudantes em formulário eletrônico com o levantamento de indicadores de atenção psicossocial.

A DCT coordena a Estratégia de Promoção da Saúde, Convivência e Diversidade (Sacodi), que, dentre outras atividades, realiza acolhimento psicossocial. Telma Maranhão, diretora da DCT, diz que se trata de “um espaço para escuta e identificação de demandas de saúde mental, fortalecimento e reconhecimento de recursos individuais e coletivos no enfrentamento de dificuldades emocionais e psíquicas, promoção do autocuidado, ruptura com as situações de isolamento, formação de vínculos e produção de novos sentidos e significados a partir de

vivências e histórias de vida”.